



Processo de Parecer n.º 35/PP/2017-G

Requerente: (...)

Relator: Dr. Pedro Costa Azevedo

I. Por comunicação escrita dirigida ao Bastonário da Ordem dos Advogados, datada de (...), a Sra. Dra. (...), Advogada, veio expor o que segue:

1. O Chefe do Serviço de Finanças de (...) apresentou à requerente uma cópia de um documento que intitulou de ordem de serviços de circular para justificar a sua oposição à prestação das informações por aquela solicitadas em representação do seu constituinte.

2. De acordo com esta “ordem de serviços”, que não tem qualquer denominação, não identifica o órgão que a terá emitido, nem contém qualquer assinatura, o Sr. Chefe do serviço de Finanças exigiu que a procuração que fora passada a Advogado com os poderes elementares para representação nas repartições públicas e em especial nas Finanças fosse feita por notário e com os demais elementos obrigatórios constantes da lista respectiva.

3. Discordando totalmente desta conduta e da existência da alegada ordem de serviços, a requerente apresentou a competente Reclamação.

4. Esta Reclamação mereceu uma resposta intermédia da ATA, no sentido em que assumem que “a matéria tem suscitado duvidas, atenta a disparidade de interpretação”, pelo que foi remetida para a Área de Justiça Tributária da Direcção das Finanças.

5. A requerente entende ser devida a competente intervenção da Ordem dos Advogados perante tamanha arbitrariedade e efectiva obstrução ao exercício do mandato forense o que afinal, tem reflectido o reiterado desrespeito das Finanças para com os Advogados.

II. Atendendo a que o assunto em causa pode justificar uma tomada de posição da Ordem dos Advogados perante os Serviços de Finanças, órgãos da Administração



Pública, compete ao Conselho Geral sobre o mesmo pronunciar-se, atento o disposto no art. 46.º, nº 1, al. a), do EOA.

III. Prevê o art. 79.º, nº 1, do EOA que, *“no exercício da sua profissão, o advogado tem o direito de solicitar em qualquer tribunal ou repartição pública o exame de processos, livros ou documentos que não tenham caráter reservado ou secreto, bem como de requerer, oralmente ou por escrito, que lhe sejam fornecidas fotocópias ou passadas certidões, sem necessidade de exhibir procuração”*. Resulta da norma citada que o advogado pode solicitar informações em qualquer tribunal ou repartição pública, como são os serviços de finanças, sem necessidade de exhibir procuração, desde que as informações que pretenda não sejam sigilosas.

No entanto, conforme decorre do disposto no art. 64.º, nº 1, da LGT, as informações e dados sobre a situação tributária dos contribuintes e sobre os elementos de natureza pessoal que obtidos no procedimento tributário são confidenciais e, portanto secretas. Nos termos do nº 2, *“o dever de sigilo cessa em caso de:*

- a) Autorização do contribuinte para a revelação da sua situação tributária;*
- b) Cooperação legal da administração tributária com outras entidades públicas, na medida dos seus poderes;*
- c) Assistência mútua e cooperação da administração tributária com as administrações tributárias de outros países resultante de convenções internacionais a que o Estado Português esteja vinculado, sempre que estiver prevista reciprocidade;*
- d) Colaboração com a justiça nos termos do Código de Processo Civil e Código de Processo Penal”*.

Assim, não pode ter aplicação a norma do art. 79.º, nº 1, do EOA, devendo o advogado, quando pretende informações tributárias sobre um determinado contribuinte, juntar procuração, demonstrando que se encontra a representar o contribuinte sobre o qual pretende informações e, portanto, tem autorização para esse acesso.

IV. Nos termos do disposto no art. 67.º, nº 1, do EOA, *“sem prejuízo do disposto na Lei nº 49/2004, de 24 de agosto, considera-se mandato forense:*



- a) *O mandato judicial para ser exercido em qualquer tribunal, incluindo os tribunais ou comissões arbitrais e os julgados de paz;*
- b) *O exercício do mandato com representação, com poderes para negociar a constituição, alteração ou extinção de relações jurídicas;*
- c) *O exercício de qualquer mandato com representação em procedimentos administrativos, incluindo tributários, perante quaisquer pessoas coletivas públicas ou respetivos órgãos ou serviços, ainda que se suscitem ou discutam apenas questões de facto”.*

Por seu lado, estabelece o art. 2.º da Lei nº 49/2004 que “*considera-se mandato forense o mandato judicial conferido para ser exercido em qualquer tribunal, incluindo os tribunais ou comissões arbitrais e os julgados de paz*”.

Decorre das normas referidas, que o EOA prevê um conceito de mandato forense mais abrangente do que a Lei nº 49/2004. Enquanto nesta Lei nº 49/2004 equipara-se o mandato forense ao mandato judicial, no EOA, o mandato forense envolve não só o mandato judicial, como também a representação ou o exercício do mandato perante outras entidades. Assim, quando alguém atribui poderes forenses a um advogado para o representar, tal não só prevê a representação em tribunal, o também denominado mandato judicial, como também prevê a representação perante quaisquer pessoas coletivas públicas ou respetivos órgãos ou serviços, como são, por exemplo, os Serviços de Finanças¹.

V. Relativamente à forma de constituição de mandato forense, dispõe o art. 43.º do CPC que “*o mandato judicial pode ser conferido:*

- a) *Por instrumento público ou por documento particular, nos termos do Código do Notariado e da legislação especial;*
- b) *Por declaração verbal da parte no auto de qualquer diligência que se pratique no processo.”*

Esta norma conjuga-se na perfeição com o artigo único do Decreto-Lei nº 267/92 que dispõe que “*as procurações passadas a advogado para a prática de actos que*

¹ A este respeito, Fernando Sousa Magalhães, na anotação ao art. 2.º da Lei 49/2004, refere: “*A definição do mandato forense foi sujeita a um claro alargamento no artigo 67.º do EOA (....)*” - Estatuto da Ordem dos Advogados – Anotado e Comentado”, pág. 278, 10ª Edição, Almedina, Coimbra, 2016.



envolvam o exercício do patrocínio judiciário, ainda que com poderes especiais, não carecem de intervenção notarial, devendo o mandatário certificar-se da existência, por parte do ou dos mandantes, dos necessários poderes para o acto". Assim, está expresso e assente que a representação em juízo não necessita de procuração com intervenção notarial, sendo claro que será suficiente o documento escrito particular, apenas se exigindo ao advogado mandatado que se certifique da existência de poderes por parte do mandante.

Acontece que, como vimos, no caso em apreço não estamos perante um mandato forense que também é mandato judicial. Estamos perante o exercício do mandato forense perante uma entidade administrativa, mais concretamente, um órgão tributário.

VI. O art. 5.º do CPPT, a respeito do "Mandato tributário", dispõe:

"1 - Os interessados ou seus representantes legais podem conferir mandato, sob a forma prevista na lei, para a prática de actos de natureza procedimental ou processual tributária que não tenham carácter pessoal.

2 - O mandato tributário só pode ser exercido, nos termos da lei, por advogados, advogados estagiários e solicitadores quando se suscitem ou discutam questões de direito perante a administração tributária em quaisquer petições, reclamações ou recursos.

(...)"

No CPPT nada se diz a respeito da forma que deve revestir o mandato conferido a advogado, mas do mesmo consta, no art. 2.º, al. e), que se aplica subsidiariamente o Código do Processo Civil.

Atento o exposto, parece-nos claro que, não existindo qualquer norma específica que regule, neste aspecto, as relações do contribuinte com a Administração Fiscal, um documento escrito de onde constem os poderes conferidos ao advogado será suficiente para titular e comprovar a representação, sem que seja necessária qualquer intervenção notarial, por força da aplicação do art. 43.º do CPC ao procedimento tributário.

De igual modo, dispõe o art. 262.º, nº 2, do C. Civil que *"salvo disposição legal em contrário, a procuração revestirá a forma exigida para o negócio que o procurador*



deva realizar”. No procedimento tributário apenas se exige que os actos sejam praticados de forma escrita e que constem de documento passível de consulta (v. art. 27.º do CPPT). Não se exige qualquer outra forma especial.

Assim, também por este motivo, entende-se que bastará um documento escrito a conferir poderes forenses ao advogado para que este possa consultar qualquer tipo de procedimento tributário, solicitar informações ou intervir nesse mesmo procedimento, em representação do contribuinte seu cliente.

Deste modo, deve a Administração Fiscal abster-se de exigir ao advogado procuração com intervenção notarial sempre que este actue em representação de um cliente em qualquer procedimento tributário. Caso tal se verifique, será um acto impeditivo do livre exercício à advocacia, expressamente proibido pelo art. 69.º do EOA.

Em conclusão:

1. Atento o disposto no art. 67.º, nº 1, al. c), do EOA (Lei nº 145/2015), considera-se mandato forense o exercício de qualquer mandato com representação em procedimentos administrativos, incluindo tributários, perante quaisquer pessoas coletivas públicas ou respetivos órgãos ou serviços, ainda que se suscitem ou discutam apenas questões de facto.
2. O mandato judicial pode ser conferido por instrumento público ou por documento particular, nos termos do Código do Notariado e da legislação especial ou por declaração verbal da parte no auto de qualquer diligência que se pratique no processo (art. 45.º do CPC).
3. Ao mandato tributário aplicam-se as regras da procuração previstas no art. 262.º do C. Civil e do mandato judicial do art. 45.º do CPC, este por força do disposto no art. 2.º do CPPT.
4. O mandato conferido a advogado para representar o contribuinte junto de qualquer repartição ou serviço de finanças deve constar de documento escrito de onde



constem os poderes conferidos ao advogado, não sendo necessária a intervenção notarial.

Propõe-se que seja dado conhecimento do presente parecer, com as suas conclusões, à Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais e ao senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e aos Serviços de Finanças de (...).

É este, s.m.o., o meu parecer.

Braga, 19 de Junho de 2017

O Relator,

Pedro Costa Azevedo

Aprovado em reunião plenária do Conselho Geral de 23 de Junho de 2017